

ENTREVISTA

**SEMÂNTICA E ARGUMENTAÇÃO: DIÁLOGO COM
OSWALD DUCROT**
(Semantics and Argumentation: Dialogue with Oswald Ducrot)

Heronides Maurílio de Melo MOURA (*Universidade Federal de Santa
Catarina*)

ABSTRACT: In a recent interview the French linguist Oswald Ducrot discusses the Theory of Topoi, the most recent version of the Theory of Argumentation within Language developed by himself and collaborators, presenting it as an alternative model for the semantics based on the concept of truth conditions. In order to clarify the assumptions of this theory, the interviewer discusses with Ducrot and Marion Carel issues such as the relation between the concept of presupposition and the Theory of Argumentation, the relation between logical languages and natural languages, the definition of lexical meaning in the model, and at last, the translatability of lexical meanings not referentially defined.

RESUMO: Em uma entrevista recente o lingüista Oswald Ducrot discute a Teoria dos Topoi, versão mais recente da Teoria da Argumentação na Língua, desenvolvida por ele e colaboradores. A Teoria dos Topoi é apresentada como um modelo alternativo a uma semântica baseada no conceito de condições de verdade. Na tentativa de lançar luz sobre os postulados dessa teoria, o entrevistador discute com Ducrot e Marion Carel tópicos tais como a relação entre o conceito de pressuposição e a Teoria da Argumentação, a relação entre linguagens lógicas e línguas naturais, a definição de sentido lexical no modelo, e por fim, a traduzibilidade de sentidos lexicais não definidos referencialmente.

Key Words: Semantics; Argumentation; Topos; Lexical meanings; Prototypes.

Palavras-Chave: Semântica; Argumentação; Topos; Sentidos lexicais; Protótipos.

0. Introdução

O trabalho de Oswald Ducrot tem exercido uma enorme influência sobre os estudos lingüísticos no Brasil. Conceitos como 'operadores argumentativos', 'escalas argumentativas', 'polifonia' e outros fazem parte do repertório básico de qualquer especialista de semântica, lingüística textual ou análise do discurso. No entanto, é menos disseminada a percepção de que o trabalho de Ducrot e colaboradores têm conduzido, nos últimos anos, à tentativa de formulação de uma teoria do sentido lexical autônoma e internamente consistente. Em outras palavras, a Teoria da Argumentação na Língua se põe no mercado lingüístico como uma teoria do sentido alternativa a outras teorias aí disponíveis.

A recente presença no Brasil desse pesquisador, como professor - visitante UFSC (Universidade Federal de Santa Catarina) - CNPq e conferencista na UNICAMP, serviu para mostrar que a Teoria da Argumentação na Língua não se resume à elaboração de conceitos semântico-pragmáticos pontuais (como os 'operadores argumentativos'), a serem inseridos numa teoria semântica mais abrangente. A empreitada a cargo de Ducrot e colaboradores tem um alcance muito maior, na medida em que recoloca em foco algumas das questões fundamentais da pesquisa semântica, como por exemplo a questão do valor de verdade dos enunciados, o caráter referencial da linguagem e o tipo de inferência que se faz em língua natural, tudo isso conduzindo à indagação da natureza do sentido lexical.

A Teoria dos Topoi, versão mais recente da Teoria da Argumentação na Língua, envolve, portanto, uma série de hipóteses sobre o sentido lexical. Mas por que as pesquisas no campo da argumentação levaram à tentativa de formulação de uma teoria sobre o sentido lexical? Tentarei responder a essa pergunta, mas limitando o escopo de minha resposta a apenas um aspecto.

Numa fase anterior da pesquisa de Ducrot, por exemplo em *Princípios de Semântica Lingüística - Dizer e não dizer* (1977), havia dois postulados básicos que norteavam a elaboração dos conceitos. Em primeiro lugar, a noção de que os itens lexicais são referenciais (a intensão de uma palavra determinando a sua extensão) e por conseguinte, em função do princípio de composicionalidade, a tese de

que a cada enunciado corresponde um valor de verdade (verdadeiro ou falso). Em segundo lugar, havia o postulado de que o processo de significação deve ser formalizado na metalinguagem como um amálgama de fatores estritamente lingüísticos e de leis do discurso (a serem definidas com precisão, no modelo das regras conversacionais de Grice, por exemplo). Esses dois postulados, interligados, levam à percepção de que o objetivo de uma teoria semântica seria formalizar, no 'componente lingüístico', as regras semânticas que permitem a produção de enunciados com valor de verdade (ou, num outro plano, enunciados que produzem discursos informativos), independentemente do contexto em que tais enunciados estejam inseridos. Um 'componente retórico' reinterpretaria os *outputs* do componente lingüístico, fechando o ciclo do processo de significação. Nesse quadro ideal, o único problema relativo a um conceito como 'operador argumentativo' seria determinar em que componente ele deve ser inserido.

Portanto, nessa fase da teoria não se faz necessário construir uma teoria do sentido lexical. O sentido de uma palavra com conteúdo lexical (substantivos, adjetivos e verbos) equivaleria à contribuição que ela dá para a significação do enunciado como um todo, calculável no 'componente lingüístico'. Essa contribuição deve ser, basicamente, referencial.

Diferentes fatores levaram Ducrot a recusar posteriormente esse modelo semântico. Cito como exemplo a questão da polifonia. Numa frase como 'Está fazendo calor, mas estou doente', teríamos uma complexidade muito maior, na significação dessa combinação de enunciados, do que a produzida pelo 'componente lingüístico', reinterpretado depois por um 'componente retórico'. O cálculo do valor de verdade desta frase complexa envolve apenas a combinação dos valores de verdade dos enunciados elementares "Está fazendo calor" e "Estou doente". Para que a frase complexa seja verdadeira, é preciso que os enunciados elementares também o sejam (de modo que as condições de verdade de uma frase complexa com *mas* (Está fazendo calor, *mas* estou doente) seriam idênticas às de uma frase complexa com *e*: "Está fazendo calor, *e* estou doente"). Segundo a teoria da polifonia, não temos aí apenas a justaposição de duas fotografias (do calor e da doença), mas uma certa apresentação dessas fotografias segundo perspectivas distintas (representadas pelos 'enunciadores'). Se invertemos a ordem das duas fotografias ("Estou doente, mas está fazendo calor"), a significação da

frase se altera (em função da alteração da perspectiva dos enunciadores), mesmo que os fatos representados permaneçam idênticos. Quando se afirma (na perspectiva da Teoria da Argumentação na Língua) que a significação da frase se altera, indica-se que os encadeamentos possíveis a partir desta frase se alteram. A polifonia, por conseguinte, é um dos fatores que levam Ducrot e colaboradores a afirmar que o sentido dos enunciados não se resume ao seu valor de verdade.

Ai então podemos responder à questão da demanda de uma teoria do sentido lexical no âmbito da Teoria da Argumentação na Língua. Se o sentido de um enunciado não se resume ao seu valor de verdade, então o sentido de uma palavra não pode equivaler a seu valor referencial. De que forma então o sentido de uma palavra colabora para o sentido do enunciado?

Creio que os últimos desenvolvimentos da Teoria dos Topoi abordam os diferentes aspectos que uma resposta a tal questão pode assumir. O debate a seguir é um esforço no sentido de aclarar alguns destes aspectos.

A entrevista (traduzida para o português pelo entrevistador) foi realizada em Florianópolis, em outubro de 1996, quando da visita de Ducrot e Marion Carel à UFSC. O diálogo transcorreu, em ambiente acolhedor, na varanda de um hotel à beira da Lagoa da Conceição, cujas águas tranqüilas circundadas de montanhas certamente estimularam o diálogo. Deixo aqui consignado o meu agradecimento a Ducrot e a Marion Carel, que se mostraram sempre solícitos em todas as atividades desenvolvidas na UFSC.

1. A entrevista

Heronides Moura: O senhor consegue discernir, ao longo de seu trabalho, um caráter mais geral em suas críticas à aplicação da lógica à descrição das línguas naturais, desde a teoria da pressuposição até a versão mais recente da teoria dos topoi?

Ducrot: É difícil dizer que exista uma linha geral ligando todo o meu trabalho de tantos anos, mas me parece que, apesar de tudo, mesmo se existem contradições entre o meu trabalho anterior, por exemplo na época da teoria da pressuposição, e o que faço atualmente, na Teoria dos

Topoi, perduram certas intuições de caráter geral. Parece-me que a idéia geral que domina todo o meu trabalho é a percepção de que a língua (mais precisamente, deveríamos falar em discurso) não pode ser reduzida à função informativa e que as frases da língua comportam, semanticamente, elementos que não equivalem às condições de verdade.

Esta idéia se encontra reiterada nas minhas pesquisas atuais (pesquisas que não são só minhas, como também de Anscombe (1995), Raccah (1995), Carel (1995) e outros, e o nosso esforço visa a descrever integralmente a língua sem fazer uso da noção de condições de verdade, mas já havia algo nessa direção na época da teoria da pressuposição. Com efeito, o que me interessava na noção de pressuposição é que ela mostrava que, entre as informações contidas num enunciado (pois na época ainda me referia às informações contidas no enunciado), há que se fazer uma distinção essencial, a qual não pode ser explicada em termos informativos. Era preciso distinguir, no enunciado, entre aquilo que era pressuposto e aquilo que era posto. Para tomar um exemplo corriqueiro, em 'Pedro deixou de fumar', dá-se como informação que 'Pedro fumava antes' e também que 'Atualmente Pedro não fuma', mas essas duas informações não são colocadas no mesmo plano pelo discurso, o qual dá preferência à segunda informação (que denomino o posto - 'Atualmente Pedro não fuma'). Em função disso, a continuação do discurso se faz a partir desta segunda informação. A partir de 'Pedro deixou de fumar', posso continuar o discurso dizendo 'de modo que provavelmente ele está bem de saúde', mas, por outro lado, não se poderia fazer o encadeamento a partir do elemento pressuposto e dar seqüência ao discurso dizendo a frase 'ele se arrisca então a ficar doente'. Pode-se assim afirmar que existe uma dicotomia entre as duas informações e esta dicotomia não é, em si mesma, de natureza informativa. O critério que me servia para estabelecer a dicotomia era o encadeamento discursivo, que depois ocupará um lugar importante nas minhas pesquisas.

Heronides Moura: O senhor crê que exista uma relação entre a sua teoria e a tradição saussureana, que define o signo como uma relação estrutural, e não como uma relação com o mundo?

Ducrot: Certamente, tenho a pretensão de permanecer fiel a Saussure, mesmo se o que digo é bem diferente daquilo que dizia Saussure. Retomo de Saussure esta idéia que você evocou, segundo a qual as palavras não podem ser definidas senão pelas próprias palavras, e

não em relação ao mundo, ou em relação ao pensamento. A diferença entre o meu trabalho e o de Saussure é que não defino, propriamente falando, as palavras em relação a outras palavras, mas em relação a outros discursos. O que eu tento construir seria então uma espécie de estruturalismo do discurso.

Heronides Moura: A crítica da aplicação da lógica às línguas naturais é sempre um pouco frustrante, pois os lógicos podem sempre redarguir: “não pretendíamos mostrar o funcionamento de tal ou tal característica de uma língua natural específica, mas mostrar como nossa ferramenta lógica funcionaria numa língua artificial (que talvez tenha algumas semelhanças com as línguas naturais). Este tipo de crítica dos lingüistas não visa, portanto, ao alvo correto.” Penso, por exemplo, em sua análise das descrições definidas (Ducrot, 1977). O senhor mostrou que elas não são sempre referenciais (sejam elas nomes próprios (como em Frege) ou falsos nomes próprios (como em Russell), por exemplo, no enunciado “Pedro não ama sua mulher, ele ama a filha do patrão”, na interpretação em que a mulher de Pedro é a filha do patrão. É bem duvidoso que ‘a filha do patrão’ seja referencial nesse caso. Mas um lógico pode responder: “a lógica não diz que todas as descrições definidas são referenciais na língua natural; pode-se muito bem imaginar que certos usos das descrições definidas não têm sua referência habitual (lembramos a solução clássica de Frege para o problema dos contextos opacos) etc.”. Como o senhor avalia esse tipo de contestação (se é que se trata de uma contestação de fato)?

Ducrot: Aí há dois pontos a serem distinguidos. Em primeiro lugar, é preciso determinar se meu trabalho implica uma análise da lógica. Não temos de modo algum a pretensão de colocar em dúvida o valor da lógica. Tanto eu como Marion Carel aqui presente temos um grande apreço pela lógica. A lógica me parece indiscutível e de um valor considerável em dois aspectos: em primeiro lugar, ela tornou-se uma teoria matemática particularmente interessante. Por outro lado, ela é interessante como instrumento para estudar a matemática, para analisar a matemática. Nunca o raciocínio (*raisonnement*) matemático fora representado com uma precisão tão grande como tem sido desde a criação do cálculo proposicional e do cálculo de predicados, totalmente adaptados a este fim. Creio que mesmo teorias lógicas modernas, como a teoria das categorias, são também perfeitamente adaptadas a descrever tanto os resultados, como o tipo de raciocínio (*raisonnement*) que se

utiliza na matemática. Não se trata, por conseguinte, de fazer uma crítica da lógica em si mesma. O que eu questiono é outra coisa (e aí chego ao segundo aspecto de sua questão), trata-se agora de averiguar se a lógica é adaptada à descrição das línguas naturais. Em outros termos, trata-se de saber se a lógica pode representar a estrutura profunda das línguas naturais. Bem, neste ponto sustento uma posição extremamente radical. Penso que a lógica não serve em nada para descrever a língua natural. Sem dúvida se reveste de todo interesse a comparação entre as línguas naturais e as linguagens lógicas, mas tentar encontrar nas línguas naturais estruturas subjacentes equivalentes às estruturas lógicas, parece-me de fato pouco interessante.

Esta minha posição poderia suscitar dois tipos de objeção. Em primeiro lugar, poder-se-ia objetar-me que a lógica não é algo concluído, todos os dias se criam novas lógicas, logo não se pode saber se não serão formuladas lógicas que evitem as dificuldades observadas na aplicação, às línguas naturais, das lógicas já existentes. É sem dúvida muito difícil responder a esta objeção, pois não faço idéia das lógicas que serão criadas, e mesmo não conheço a totalidade das lógicas existentes hoje em dia. Mas posso todavia precisar que o tipo de lógica que creio fundamentalmente inadapado à descrição das línguas naturais, é aquele fundado sobre a noção de verdade. Se se chegar a construir lógicas independentes da noção de verdade, talvez possam ser úteis ou utilizáveis; na minha percepção, problemas relativos às condições de verdade não têm relação clara com as questões das línguas naturais. É uma posição radical a que defendo aqui.

Você se refere, na sua questão, à idéia de que as lógicas, mesmo não descrevendo o conjunto de fenômenos que aparecem numa língua natural, podem talvez descrever certos aspectos desta língua natural, e você dá como exemplo as descrições definidas. Você recorda que eu mostrei (Ducrot, 1977) que um certo número de descrições definidas não têm função referencial e que por isto são muito difíceis de analisar segundo os instrumentos lógicos conhecidos. Você sugere que, por outro lado, existem também descrições definidas que têm claramente função referencial e que podem ser analisadas pelos instrumentos lógicos construídos por Frege ou Russell. Mantendo minha posição radical, direi que nenhuma descrição definida tem função referencial. Frequentemente os lógicos dizem (penso por exemplo em Donnellan, 1975) que as descrições definidas podem ter seja função atributiva, seja função

referencial. Para mim, não existem aquelas que têm função referencial. A descrição que dou de um objeto quando o apresento por meio de uma descrição definida não tem por objetivo uma melhor identificação deste objeto, mas sim propiciar uma argumentação acerca desse objeto. Retomo um exemplo simples: 'Meu carro quebrou'. 'Meu carro' é uma descrição definida, da qual a maioria dos lógicos diria que tem uma função referencial. Não consigo concordar com isso. O importante quando digo 'meu carro' não é a designação que faço de um certo objeto, que poderia ser designado, com a mesma eficiência, por sua cor, pelo número de sua placa, pelo lugar que ele ocupa numa garagem etc. O que é importante é que se trata de 'meu carro', o carro com o qual, por exemplo, um amigo pode me pedir para ir em sua casa, ou que serve para dar carona a alguém etc. A expressão 'meu carro' não serve para designar um objeto, e sim para indicar que tal ou tal discurso é possível a partir dessa expressão, ou que tal ou tal discurso é impossível a partir dela.

Marion Carel: Seria preciso substituir lógico (*'logicien'*) por logicista (*'logiciste'*) quando você (Ducrot) diz que um lógico diria que a expressão 'meu carro' na frase 'meu carro quebrou' teria tal ou tal função. Não seria talvez um lógico quem diria isto, mas um logicista, alguém que pretende estudar a língua natural por intermédio dos instrumentos lógicos. Um lógico não fala da língua, ele faz matemática.

Ducrot: De fato, um lógico enquanto tal não tem nada a dizer sobre a língua. E eu não teria nada a dizer a seu favor ou contra ele. As pessoas com as quais eu debateria são aquelas que utilizam a lógica nas línguas naturais, e não na matemática.

Heronides Moura: O problema, creio, é que certos lógicos avaliam que eles não falam apenas da matemática; talvez de fato não falem de línguas concretas, mas de uma *lingua mentalis* (usemos essa expressão) que seria subjacente seja à matemática, seja às línguas naturais.

Ducrot: De todo modo, eu teria as maiores reservas em relação a uma *lingua mentalis*, que seria a linguagem do pensamento, e que a lógica, de um lado, e as línguas naturais, de outro, tentariam expressar.

Heronides Moura: O senhor define o sentido de uma palavra como um 'feixe de topoi' (*paquet de topoi*) (Ducrot, 1995). O senhor se daria

por satisfeito com a seguinte tradução (numa formulação mais geral) dessa definição: o sentido de uma palavra é constituído por um conjunto vago de crenças e inferências?

Ducrot: Creio que em outra época eu ficaria satisfeito com esta tradução, mas atualmente ela não me satisfaz. Nesta tradução que você aponta, posso identificar dois pontos. De um lado, a idéia de conjuntos vagos, conjuntos sem limites precisos, a qual eu aceito de bom grado, pois não creio que se possa fazer corresponder às palavras conjuntos (no sentido matemático do termo) precisos, delimitados, determinados. Portanto, evidentemente concordo com a idéia de vagueza. O ponto que colocaria em questão, na tradução que você apresentou, é o uso dos termos crenças e inferências. Façamos primeiro das crenças. Tenho muitas dúvidas se os topoi dos quais trato em minhas pesquisas correspondem efetivamente ao que se poderia chamar de crenças. Uma crença pode ser definida como uma relação entre dois conceitos, compreensíveis independentemente, cada um com um sentido independente. Ora, os topoi (ao menos na versão mais recente de nossa teoria) não são mais considerados como uma relação entre duas noções, mas os topoi constituem, por si mesmos, relações complexas. Por exemplo, um topos segundo o qual 'a riqueza traz felicidade' não põe em relação uma idéia de 'riqueza' e uma idéia de 'felicidade', mas constitui a noção de uma 'felicidade' obtida a partir da 'riqueza' e de uma 'riqueza' suscetível de trazer a 'felicidade'. Portanto, cada vez mais me parece difícil entender os topoi como crenças.

Finalmente, também não me parece satisfatório entender os topoi como inferências. Compreendo os topoi muito mais como possibilidades discursivas, como possibilidades de encadeamentos discursivos, e quando afirmo que uma palavra é um feixe de topoi (*'paquet de topoi'*), entendo por isso que ela abre um leque de encadeamentos possíveis, e não vários tipos de inferências ou deduções. Desejo o mais possível evitar estes termos.

Esta é a razão pela qual desisti, já faz alguns anos, de definir os topoi como 'garantia' (*'garanti'*) de inferências. Prefiro entender os topoi como fontes de discurso, e não como o terceiro termo, como a garantia que assegura e valida a passagem de uma idéia à outra idéia, de um argumento a uma conclusão. Esta é a visão do estado atual da teoria, pois no início da teoria dos topoi havia a tendência (uma tendência

equivocada) de apresentar o topos como um princípio inferencial, o que aliás corresponde ao sentido que Aristóteles dava ao termo 'topos'.

Heronides Moura: Se não me equivoco, a idéia é de que o topos é uma relação complexa entre palavras que não serve para estabelecer deduções sobre os fatos do mundo...

Ducrot: Estou totalmente de acordo com esta formulação. Quando afirmo que o topos é complexo, não deve se entender com isso que ele é complexo no nível nocional, no sentido de que ele seria um amálgama de noções pré-existentes. Ele é complexo em função das frases envolvidas.

Heronides Moura: No enunciado 'É um pássaro, então voa', tem-se uma inferência derivada do sentido da palavra 'pássaro'. Se considerarmos que temos aí a utilização de um topos, a análise se torna bem próxima da teoria dos protótipos e da teoria dos estereótipos de Putnam (1975). Como o senhor vê essa aproximação teórica, que Anscombe (1995) faz em um de seus artigos?

Ducrot: Gostaria de começar observando que a frase 'É um pássaro, então voa' não constitui, na minha opinião, uma verdadeira argumentação, mas corresponde a um certo tipo de raciocínio que se pode efetuar no discurso científico e que não pertence, num sentido estrito, à língua natural, ainda que seja construído com as palavras da língua natural.

A segunda observação é que me sinto mais próximo da Teoria dos Estereótipos que da Teoria dos Protótipos. Sinto-me sobretudo muito afastado das primeiras versões da Teoria dos Protótipos, nas quais se tenta descobrir quais são os objetos particulares que correspondem mais perfeitamente a uma certa noção, por exemplo, que pássaro corresponde da melhor maneira à noção de pássaro.

Por outro lado, sinto-me mais próximo da Teoria dos Protótipos na versão atual, na qual se investiga quais são os traços mais inerentes à noção de pássaro. Mas quando se fala desses traços inerentes, faz-se referência, em última instância, aos estereótipos que são ligados intimamente à noção de pássaro. E nessa perspectiva, o estereótipo pode ser considerado como uma aproximação daquilo que entendo por topos.

Mas não desejaria, de modo algum, que a noção de pássaro (tal como utilizada na língua natural) fosse definida apenas por este estereótipo fundamental que seria o fato de voar. Há toda uma série de discursos ligados à noção de pássaro. Gostaria de acrescentar que as metáforas da palavra 'pássaro' (por exemplo, 'meu coração é um pássaro') são tão próximas do valor profundo do termo 'pássaro', quanto os usos literais.

Estou então de acordo com a noção de estereótipo, mas com a ressalva de que, no estereótipo, não gostaria de ver reintroduzido o 'sentido verdadeiro'. Quer dizer, se temos o estereótipo segundo o qual 'o ouro é valioso', não gostaria que essa frase destinada a expressar o estereótipo fosse compreendida dando como definição de 'ouro' aquilo que se chamaria de seu sentido verdadeiro, vale dizer, uma certa realidade química. Em outras palavras, a noção de estereótipo não pode implicar que os termos sejam compreendidos em função de seu sentido verdadeiro. Os termos (como 'ouro' ou 'pássaro') existem apenas no interior dos estereótipos. É por isto que estes estereótipos não deveriam ser considerados crenças. A sentença 'o ouro é valioso' seria uma crença se o ouro fosse definido independentemente do fato de ele ser considerado valioso, mas se se coloca o valor do ouro no próprio sentido da palavra 'ouro', a idéia de que 'o ouro é valioso' não pode ser considerada como uma crença acerca do objeto ouro; seria antes uma simples explicitação do sentido da expressão 'ouro'.

Heronides Moura: Estas considerações o afastam do paradoxo que Putnam propôs sobre a tradução da palavra 'água' num planeta imaginário que ele denomina 'Terra Gêmea'. A água teria nesse planeta os mesmos estereótipos, mas uma outra composição química. Nesse caso, ele diz que se deve considerar um outro sentido para 'água', nesse planeta imaginário (em tudo um duplo da Terra), tendo em vista que 'água₁', na Terra, e 'água₂', em Terra Gêmea, não possuem a mesma composição química. Mesmo que 'água₁' e 'água₂' compartilhem os mesmos traços estereotípicos (elemento líquido, incolor, inodoro, que se pode beber etc.), eles não têm a mesma referência, logo existe alguma diferença de sentido entre eles. O que o senhor disse parece indicar que o sentido é definido essencialmente pelos traços estereotípicos compartilhados pelos falantes...

Agora gostaria de passar a uma outra pergunta que se relaciona também à questão da tradução. Aceitemos a hipótese de que, em francês, no feixe de topoi associados à palavra *'riche'*, encontremos o seguinte topos: 'os ricos pagam muito imposto' (o que autorizaria uma argumentação do tipo: "os ricos são infelizes, porque pagam muito imposto"). No Brasil, ao contrário, os ricos não pagam muito imposto, logo a argumentação acima soaria estranha (no nosso país, a argumentação iria talvez na seguinte direção: "os ricos são verdadeiramente felizes, pois pagam pouco imposto"). Seguramente existem ainda outras diferenças entre os sentidos das palavras *'riche'* e *'rico'*. Poder-se-ia dizer que a tradução se liga ao sentido referencial, e não ao sentido argumentativo. Como o senhor vê esse problema?

Ducrot: Começaria analisando o seu exemplo 'Os ricos são infelizes porque pagam muito imposto'. O topos que intervém aqui (você já o indicou) liga as expressões 'infelicidade' e 'pagar impostos', ou numa interpretação mais geral, ele liga as expressões 'infelicidade' e 'pagar', esta última palavra interpretada no sentido de 'se privar de' e comportando, portanto, uma certa idéia de 'infelicidade'.

Creio que nem no Brasil, nem na França, seria normal argumentar dizendo 'Fulano é infeliz porque é rico' ou 'Fulano é rico, portanto infeliz', mas sim 'Fulano paga muito imposto, portanto, ele é infeliz'. Este é o primeiro aspecto que gostaria de precisar. Resta-nos a questão que você aponta. No Brasil, os ricos pagam pouco imposto, logo, é normal argumentar 'Ele é rico, portanto, paga pouco imposto'. De uma maneira oposta, na França argumentaríamos 'Ele é rico, portanto, paga muito imposto'. Apesar dessa diferença, gostaria de acreditar que existe algo de fundamentalmente equivalente no sentido da palavra *'rico'* no Brasil e no sentido da palavra *'riche'*, na França, ainda que a riqueza não seja associada a impostos no Brasil, da maneira como ela o é na França.

Haveria ao menos duas maneiras de encarar esta dificuldade. A primeira consistiria em distinguir, na constituição das palavras, entre os topoi intrínsecos e os topoi extrínsecos. Ou seja, os topoi ligados à própria significação das palavras e os topoi ligados a certos conhecimentos. Assim, o fato de que a riqueza traz felicidade, de que ela é algo desejável, é um topos intrínseco, que pertence ao próprio sentido da palavra *'rico'*, ao passo que o fato de que a riqueza acarreta o

pagamento de impostos é um topos extrínseco, devido a certas contingências históricas. A língua seria estruturada basicamente pelos topos intrínsecos, e não pelos topos extrínsecos. Esta seria uma primeira possibilidade de resposta.

O problema desta resposta é que, de fato, é muito difícil fazer a separação entre os topos intrínsecos e os topos extrínsecos no sentido de uma palavra. Esta distinção é mais teórica que prática.

Mas existe uma outra forma de responder à sua questão. Ela pode parecer, à primeira vista, paradoxal e apresentada apenas para escapar de uma situação difícil, mas acredito que é essa segunda linha de raciocínio que seria interessante desenvolver. Nessa segunda solução, ao dizer 'Os ricos pagam muito imposto' ou então 'Os ricos pagam pouco imposto', os locutores se referem ao que imaginam ser o ponto de vista do legislador, o ponto de vista institucional, seja no Brasil, no primeiro caso, seja na França, no segundo. Se pensarmos em termos de polifonia, diríamos que a palavra 'rico', nas frases 'os ricos pagam pouco imposto' ou 'os ricos pagam muito imposto', deveria, por assim dizer, ser colocada entre aspas, visto que o que se apresenta aí é a perspectiva do legislador. Se admitimos este tipo de solução, chegaremos à conclusão de que, para os legisladores europeus que obrigam os ricos a pagar muito imposto, a palavra 'rico' não tem o mesmo sentido que ela possui para os legisladores brasileiros, que não obrigam os ricos a pagar muito imposto. Poder-se-ia dizer que, no caso europeu, a riqueza é percebida como a apropriação de bens coletivos por certos indivíduos, ou como uma exploração de bens coletivos e que deve, como tal, ser compensada pelo pagamento de impostos.

No caso brasileiro, a riqueza é percebida como uma espécie de participação na atividade econômica do país, e é por isto que os ricos devem ser liberados, numa certa medida, do pagamento de pesados impostos, visto que se considera a riqueza como diretamente ligada à prosperidade geral da sociedade. A riqueza, para os legisladores que obrigam os ricos a pagar grandes impostos, é vista como um tipo de usurpação de bens coletivos, usurpação que, ainda que seja justificável, deve ser compensada por outra coisa, no caso, os impostos. No Brasil, a riqueza é vista como participação na prosperidade coletiva. Aliás, na França, há cerca de 150 anos, o Ministro das Finanças, num discurso famoso, lançou o slogan "Enriquecei-vos!". A riqueza, nessa época, era

vista (como no Brasil de hoje) como participação no bem-estar da comunidade. Entendo, em suma, que a moderação dos impostos para os ricos está conectada com essa percepção da riqueza, ao passo que a sobrecarga fiscal para os ricos pressupõe uma outra percepção da riqueza, entendida como, conforme já disse, uma apropriação pessoal daquilo que pertence à comunidade. Isto me levaria a dizer que a palavra 'rico' muda de sentido segundo a perspectiva de uma sociedade que sobretaxa a riqueza ou segundo a perspectiva de uma sociedade que deixa a riqueza proliferar mais livremente. Todavia, podemos traduzir o adjetivo francês '*riche*' pelo adjetivo português 'rico'. Mas não é claro que essa tradução dê conta, efetivamente, do sentido dessas palavras. Não é por que traduzimos x por y, que y expressa efetivamente o sentido de x.

Heronides Moura: Mudamos os estereótipos associados às palavras, quando traduzimos...

Ducrot: E ao mudar os estereótipos, mudamos o próprio sentido das palavras.

3. Conclusão

A partir desse debate, podemos ver que a formulação de uma teoria do sentido lexical no âmbito da teoria dos topoi suscita uma série de questões instigantes. Entre elas, podemos arrolar : a) a relação entre a Teoria dos Topoi e outras teorias do sentido não-logicistas, como a Teoria dos Protótipos; b) os efeitos para a teoria da tradução da definição do sentido lexical como um 'feixe de topoi'; c) a relação entre os conceitos de implicação lógica e de encadeamento discursivo. São questões para as quais este debate traçou perspectivas interessantes, mas que merecem um aprofundamento maior.

(Recebido em 17/03/97. Aprovado em 12/05/97)

Referências Bibliográficas

- ANSCOMBRE, J-C. (1995a) La théorie des topoi: sémantique ou rhétorique?. *Hermès*, no prelo.
_____ (1995b) (org.) *Théorie des Topoi*. Paris: Kimé.

- CAREL, M. (1995) Trop: argumentation interne, argumentation externe et positivité. In: J-C. ANSCOMBRE. *Théorie des Topoi*. Paris: Kimé.
- DONNELLAN, K. (1975) Reference and definite descriptions. In: D. D. Steinberg & L. Jakobovits. *Semantics. An interdisciplinary reader in Philosophy, Linguistics and Psychology*. Cambridge: Cambridge University Press.
- DUCROT, O. (1977) *Dizer e não dizer. Princípios de semântica lingüística*. São Paulo: Cultrix.
- _____ (1995) Les modificateurs déréalisants. *Journal of Pragmatics*, 24 1/2: 145-66.
- PUTNAM, H. (1975) *Mind, language and reality*. Cambridge: Cambridge University Press.
- RACCAH, P-Y. (1995) Argumentation and natural languages: presentation and discussion of four fundamental hypotheses. *Journal of Pragmatics*, 24 1/2: 1-16.

Piercing Social Analysis

Some behaviors scream. But what do people hear? How do they judge?

What's real?

In other words, how do stereotypes and language skills affect perceptions of intelligence, social class and behavior?

We make snap judgements all the time.

But if you're looking for penetrating insights about everyday life, individuals and societies large and small around the globe, there are two places to start.

Sociological Abstracts (SA) and Social Planning/Policy & Development Abstracts (SOPODA)

Our data are drawn from more than 2,000 sources from 35 countries, along with books, conference papers, book and other media reviews and dissertations.

You'll find the piercing social analysis that gets beneath the fashion and under the skin.



**sociological
abstracts**

P.O. Box 27206 San Diego, CA 92192-0206
619/695-8803 Fax: 695-0416
Internet: socinfo@cerfmet.com
User Assistance: 800/752-3945

The SA family of services: Sociological Abstracts (SA) • Social Planning/Policy & Development Abstracts (SOPODA) • sociolib: ISA and SOPODA on CD-ROM • Products are available in print; online from King's Indica, DIALOG, OCLC, and Ovid; on CD-ROM from SilverPlatter, EBSCO and Ovid; on magnetic tape via SA direct Document delivery available via SOCIOLOGY Express: 800/313-9966, 415/259-5013; Fax 415/259-5058; email: socinfo@nbscode.com